

Três perspectivas sobre a Revolução Brasileira: Nelson Werneck Sodré,
Guerreiro Ramos e Moniz Bandeira

Three perspectives on the Brazilian Revolution: Nelson Werneck Sodré,
Guerreiro Ramos and Moniz Bandeira

Tres miradas sobre la Revolución Brasileña: Nelson Werneck Sodré,
Guerreiro Ramos y Moniz Bandeira

Luiz Eduardo Motta*

Resumo: O presente artigo aborda três visões sobre a Revolução Brasileira que foi um tema central nas organizações da esquerda brasileira nos anos, e por parte da intelectualidade engajada pelas reformas sociais que o governo João Goulart tentou implementar no Brasil entre 1963-1964, e que gerou o golpe militar em 1964. Duas perspectivas, ainda que diferentes, a de Nelson Werneck Sodré e Guerreiro Ramos apoiavam as reformas nacionalistas do governo Jango, enquanto a perspectiva de Moniz Bandeira se opunha ao classificar que essas reformas seriam insuficientes para a Revolução Brasileira.

Palavras chaves: Revolução Brasileira; Nelson Werneck Sodré; Guerreiro Ramos; Moniz Bandeira.

Abstract: This article addresses three views on the Brazilian Revolution, which was a central theme in Brazilian left organizations over the years, and on the part of the intelligentsia engaged in the social reforms that the João Goulart government tried to implement in Brazil between 1963-1964, and which generated the military coup in 1964. Two perspectives, although different, that of Nelson Werneck Sodré and Guerreiro Ramos supported the Jango government's nationalist reforms, while Moniz Bandeira's perspective was opposed, classifying that these reforms would be insufficient for the Brazilian Revolution.

Key words: Brazilian Revolution; Nelson Werneck Sodré; Guerreiro Ramos; Moniz Bandeira.

Resumen: Este artículo aborda tres visiones sobre la Revolución Brasileña, que fue un tema central en las organizaciones de izquierda brasileñas a lo largo de los años, y por parte de la intelectualidad involucrada en las reformas sociales que el gobierno de João Goulart intentó implementar en Brasil entre 1963-1964, y que generó el golpe militar de 1964. Dos perspectivas, aunque diferentes, la de Nelson Werneck Sodré y

* Luiz Eduardo Motta é professor associado IV de ciência política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0003-0329-7455. Email: luizpmotta63@gmail.com. O autor obteve o seu Doutorado em sociologia no ano de 2005 pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É autor do livro “A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista” publicado pela editora Contracorrente em 2021. É membro da Red Latinoamericana de Estudios Althusserianos (ReLEA).

Guerreiro Ramos apoyaron las reformas nacionalistas del gobierno de Jango, mientras que la perspectiva de Moniz Bandeira se opuso, calificando que estas reformas serían insuficientes para la Revolución Brasileña.

Palabras clave: Revolución Brasileña; Nelson Werneck Sodré; Guerreiro Ramos; Moniz Bandeira

Recibido: 27 de marzo de 2024 Aceptado: 6 de junio de 2024

Introdução

A problemática da revolução na década de 1960, seja a socialista ou a de libertação nacional, se fez presente não apenas na formação social brasileira, mas foi amplamente discutida (e praticada) em diversas formações sociais dos países coloniais e semicoloniais (denominados de forma genérica de dependentes), embora também não fosse restrita aos chamados países do Terceiro Mundo, vide o impacto das teorias revolucionárias nos EUA (Panteras Negras), no Canadá (Frente de Libertação do Quebec) e na Irlanda (Exército Republicano Irlandês), só para nos atermos nesses exemplos.

No Brasil, essa questão se fazia presente na sua principal organização de esquerda, o PCB (Partido Comunista do Brasil, depois denominado de Brasileiro), e em outras organizações menores como a ORM-POLOP (Organização Política Marxista-Política Operária), nas Ligas Camponesas, na ala brizolista¹ do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e no PCdoB (Partido Comunista do Brasil, dissidência organizada por dirigentes veteranos do PCB rompidos com a ala prestista²).

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), não obstante fosse uma instituição acadêmica, certamente foi o espaço de excelência intelectual, onde a questão da revolução brasileira esteve presente no final da década de 1950 até a sua extinção pelo governo militar em abril de 1964. Distintamente da Universidade de São Paulo, especialmente da escola sociológica paulista, onde havia uma rígida separação entre a prática intelectual e a prática acadêmica, o ISEB se caracterizava pela articulação da prática teórica com a prática política. Ou seja, a teoria incidia diretamente na transformação política e social, e, sendo assim, a questão da revolução brasileira se fazia presente nas obras de Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e do ex-isebiano Alberto Guerreiro Ramos.

O presente artigo tem como escopo resgatar parte desse intenso debate sobre a revolução brasileira, que percorreu na formação social brasileira desde o final dos anos 1950 até meados dos anos 1970. O recorte se dá com a intervenção de Nelson Werneck Sodré em seu livro *Introdução à revolução brasileira* de 1958, e com os acréscimos nas edições posteriores dos textos *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* e *Quem é o povo no Brasil?*. Sodré não representava somente a posição nacionalista revolucionária do ISEB, mas também as posições estratégicas do PCB, organização política da qual ele fazia parte. A segunda intervenção é a de Guerreiro Ramos que era membro fundador do ISEB e rompeu com essa instituição em 1958. Os dois livros analisados *O problema nacional do Brasil* de 1960 e *A crise do poder no Brasil* (1961), embora escritos posteriormente à sua fase isebiana, ainda mantinham a sua posição nacionalista já delineada em trabalhos anteriores a exemplo da obra *A redução sociológica*. Contudo, nessa fase posterior, Guerreiro Ramos se desloca da defesa do nacional-desenvolvimentismo para o nacionalismo popular revolucionário tão presente nas lutas de libertação nacional das formações sociais do Terceiro Mundo. Embora tanto Sodré como Guerreiro fossem nacionalistas, e defendessem um programa político semelhante, o primeiro seguia as diretrizes estabelecidas pelo PCB em sua Declaração de Março de 1958, e produzia uma base mais

¹ Referente ao líder nacionalista, o ex-governador e ex-deputado Leonel Brizola (1922-2004).

² Referente ao líder comunista e do movimento Tenentista, o ex-senador Luiz Carlos Prestes (1898-1990).

substancialmente teórica e histórica para a posição do PCB, enquanto o segundo se alinhava diretamente à perspectiva de uma posição alternativa ao socialismo de modelo soviético. Por fim, será analisada a contribuição de Moniz Bandeira em seu livro *O caminho da revolução brasileira* no qual indicava outra via distinta de Sodré e de Guerreiro Ramos, haja vista que para Moniz Bandeira ao fundamentar e sistematizar a posição da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), organização da qual ele era vinculado, que o caminho da revolução brasileira não passaria por uma etapa nacional popular, mas sim diretamente socialista. Essas divergentes posições não se encerraram em 1964, mas repercutiram e tiveram influência nas organizações revolucionárias que se constituíram no confronto contra o Estado ditatorial constituído em 1964.

1) Nelson Werneck Sodré e a etapa nacional popular da revolução

A intervenção de Sodré com relação à defesa do nacionalismo popular por meio da construção de uma Frente Única, representava uma via paralela: de um lado, reproduzia a posição do ISEB do início da década de 60 em que deslocou a defesa do nacional-desenvolvimentismo pelo nacionalismo-popular, e, do outro, a defesa das teses evocadas pelo PCB em sua *Declaração de Março de 1958* quando adotou a via pacífica ao socialismo, mas tendo como primado a construção de um campo nacional-popular enquanto primeira etapa na direção ao socialismo. Sodré fundamentava os seus argumentos principalmente em dois textos: o primeiro, “Raízes históricas do nacionalismo” de 1959 que foi uma palestra pronunciada no ISEB; já o segundo, “Quem é o povo no Brasil?” foi publicado na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* em 1962 pela editora Civilização Brasileira liderada por Ênio Silveira³. Nesses dois textos encontramos a base de argumentação de Sodré para fundamentar a sua defesa da via pacífica da revolução brasileira com o objetivo de constituir um nacionalismo popular, e de formar o “povo” como sujeito do processo de transformação política, econômica e social.

Embora possa soar estranho às novas gerações essa centralidade da bandeira nacionalista no campo progressista, vide que nas últimas décadas o nacionalismo tem sido associado às manifestações da extrema direita europeia e americana, o nacionalismo popular foi um dos principais elementos no discurso político de diversas organizações revolucionárias a partir da bem sucedida Revolução chinesa de 1949. O impacto dessa revolução foi enorme nas formações sociais coloniais e semicoloniais, no que resultou na emergência de várias frentes de libertação nacional de teor anticolonial e anti-imperialista constituídas nas décadas de 50 e 60, a exemplo da Coreia, Vietnam, Cuba, Argélia, Congo Belga (hoje República Democrática do Congo) Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Essa onda nacionalista também atingiu governos da África e da Ásia que não foram constituídas pela via armada como o Egito, Tanzânia, Indonésia, Índia. O continente americano também absorveu essa onda nacionalista em defesa da soberania econômica e política, e os exemplos mais notáveis foram os governos Cárdenas no México, de Vargas no Brasil e de Perón na Argentina, estes dois últimos especialmente na década de 1950⁴.

³Ênio Silveira (1925-1996) foi editor e militante do PCB. Sua editora Civilização Brasileira foi um marco no campo da resistência intelectual à ditadura militar brasileira no pós-1964 ao publicar a *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968) que foi interrompida em 1968 devido ao endurecimento do regime militar. A revista teve como colaboradores Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Moacyr Félix, Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Norma Bahia Pontes, Octavio Ianni, entre outros. Também publicou textos de Sartre, Lucien Goldmann, Gramsci, Marcuse, Adorno, Althusser, etc. Sobre a Revista Civilização Brasileira veja Luiz Eduardo Motta “Revista Civilização Brasileira (1965-1968): o espaço da resistência intelectual ao Estado autoritário” in *Crítica y Emancipación, Revista latino americana de ciencias sociales*, nº 5, CLACSO, 2011, pp. 169-182.

⁴ Decerto os governos de Vargas a partir do Estado Novo e o de Perón na segunda metade dos anos 40 tinham o nacionalismo como um dos seus eixos, mas na década seguinte, ambos os governos acentuaram o viés anti-imperialista, não obstante a Terceira Posição defendida por Perón já estivesse presente desde os anos iniciais de seu governo. Contudo, o peronismo como movimento político, especialmente da sua ala esquerda, acentuou ainda mais o elemento

Para Sodré, a formação brasileira ainda que já tivesse a presença da modernização capitalista em que alterou a configuração das classes sociais com a emergência do proletariado urbano e da burguesia industrial, além do crescimento da classe média urbana, haveria a permanência de traços feudais. Nisso, o principal polo conservador antirrevolucionário se encontraria na aliança do latifúndio com a alta burguesia e na sua aliança ao imperialismo⁵. Essa aliança manteria os traços pré-capitalistas e a política de desigualdade social numa subordinação aos interesses políticos e econômicos dos EUA. Para reverter essa situação estrutural e conjuntural, seria necessária a formação de uma Frente Unida em torno do nacionalismo de corte popular.

Mas, como é definido o nacionalismo para Sodré? Na sua palestra em 1959 no ISEB, Sodré afirmava que embora o nacionalismo tivesse raízes históricas na formação social brasileira, a exemplo da Inconfidência Mineira (1789) e na Independência (1822), somente poderia manifestar a sua potência na conjuntura em que a formação social brasileira iniciava a sua modernização. Para Sodré, havia um declínio do poder de decisão dos latifundiários e da alta burguesia que já não tutelavam mais como no passado, e o maior entrave ao desenvolvimento nacional se encontrava nas forças econômicas externas. Portanto, o nacionalismo apresentava-se como a libertação nacional e representava o ideal democrático que interessava as classes sociais em ascensão.

Esse nacionalismo popular era abrangente por incorporar diversas classes sociais opostas ao bloco no poder liderado pelos latifundiários e as frações burguesas vinculadas ao capital externo, e não se confundia com o nacionalismo das classes dominantes expansionistas, xenófobas e colonialistas que aderiram ao fascismo. Ao contrário, o nacionalismo popular era rejeitado por esses segmentos. Como ele mesmo afirma “as forças econômicas que ajudaram o nazismo e o fascismo são as mesmas que se opõem, aqui, ao surto nacionalista”⁶.

Sendo assim, Sodré traçava a necessidade de compor um novo quadro, conjugando interesses de classe, e reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional. Daí seria imperativo superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adotava o nacionalismo como expressão oportuna de uma política transformadora. Essa posição de Sodré, sobre a aliança do proletariado com a burguesia nacional, expressava o programa político do PCB demarcado na *Declaração de Março de 1958*. De acordo com a *Declaração de Março*, a formação social brasileira naquela conjuntura tinha duas contradições: a primeira era a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano, e seus agentes internos. A segunda era a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. Desse modo, o desenvolvimento econômico e social era necessário para a solução dessas duas contradições fundamentais. Não obstante houvesse a contradição entre o proletariado e a burguesia, e que se expressava nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas, naquela conjuntura não exigia uma solução radical, pois o desenvolvimento do capitalismo correspondia ao interesse do proletariado e de todo o povo⁷.

Esse nacionalismo emergente representava o novo para Sodré em oposição ao velho. Este representava as relações semifeudais que impediam o crescimento do mercado interno, a política da socialização dos prejuízos que reduzia o poder aquisitivo da classe trabalhadora, a inoperância do Estado, a produção agrícola voltada para o mercado externo, e a sujeição da soberania brasileira ao imperialismo, enquanto o novo era representado pela composição social que tinha uma burguesia de se realizar como classe, a nova classe média, a classe trabalhadora que adquiriu consciência política e percebeu o seu papel histórico. Novo, portanto, era o povo no dizer de Sodré. E esse

anti-imperialista na década de 1950 e nas décadas seguintes. Veja John William Cooke *Correspondência Perón-Cooke*, obras completas Tomo III, Buenos Aires: Colihue, 2007; Luiz Eduardo Motta “Nacionalismo, terceiro-mundismo e violência política em John William Cooke” in *Princípios*, vol. 40, n° 162, São Paulo: Anita Garibaldi, 2021. Disponível em <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/151>

⁵ Nelson Werneck Sodré, *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo, Ciências Humanas, 4ª edição, 1978, p.206.

⁶ Idem, p. 181.

⁷ Edgar Carone (org) *O PCB, 1943 a 1964*, vol.2. São Paulo: Difel, 1982, p. 184.

nacionalismo que expressava a máxima desse novo era o que movia para frente e rompia os entraves⁸.

Sodré, tal como a esquerda nacionalista brasileira, recorria ao conceito de povo ao invés de classes sociais devido a sua capacidade aglutinadora de diferentes sujeitos subalternos, e sujeitados ao sistema de exploração. Povo não tem a mesma acepção de “população”, pois, como ele observa, com a divisão social do trabalho, i.e, com a divisão de classes, os dois conceitos não podiam ser confundidos⁹. Povo é um conceito inclusivo que não se restringe somente a classe trabalhadora produtiva, mas a todos os segmentos explorados, ou marginalizados. Contudo, como aponta Sodré, o conceito de povo é variável, pois se diferencia em cada formação social particular. A composição de povo nos EUA se distingue da China, e esta por sua vez da França. Ou seja, há uma particularidade na composição social para cada formação social¹⁰.

Embora o conceito de povo seja abstrato e diversificado, Sodré nos dá ao menos um significado mais preciso diante o quadro de uma sociedade dividida pela luta de classes. Como ele afirma “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”¹¹. Contudo, o povo internamente tem uma divisão substancial que é entre as massas e a vanguarda. Segundo Werneck Sodré, a massa constitui a maior parte do povo que tem pouca ou nenhuma consciência de seus próprios interesses, que não se organizou em defendê-los, enquanto a vanguarda tem como tarefas educar e dirigir as massas do povo¹². Há, decerto, uma inspiração leninista na posição de Sodré, já que essa vanguarda não surge espontaneamente, mas sim de quadros oriundos de organizações revolucionárias ou corporativas (militares, sindicalistas), e capacitados em se interagirem com as massas e despertarem nelas uma concepção crítica diante a realidade em que vivem. Seria no dizer de Viera Pinto¹³, e de Guerreiro Ramos¹⁴, o momento em que as massas rompem com a consciência ingênua ao constituírem uma consciência crítica.

Outra observação a ser feita do texto de Werneck Sodré é, como bem observa Ricardo Shiota¹⁵, que a sua concepção sobre a revolução brasileira é de média e longa duração. Por isso, Sodré rejeita a oposição entre as reformas e a revolução. Em sua visão etapista, as reformas seriam a etapa necessária para a concretização da revolução¹⁶. Sodré identifica o processo da revolução brasileira de forma similar às revoluções de libertação nacional que estavam se estabelecendo nos países do Terceiro Mundo¹⁷, o que indicaria um avanço ao socialismo. Portanto, não haveria uma contradição entre a revolução nacional popular e a revolução socialista já que estariam interligadas.

Essa defesa da revolução por etapas vai de encontro à posição dos segmentos mais à esquerda que defendiam a revolução sem etapas para a transição socialista. Assim sendo, Sodré estabelecia uma linha de demarcação da posição do PCB, como também do ISEB, diante as posições esquerdistas de outras organizações, a exemplo da POLOP.

Sodré, portanto, em seu discurso programático demarca os seguintes elementos centrais para o firmamento da revolução brasileira: 1) o sujeito condutor do processo revolucionário é o povo brasileiro composto por diferentes frações de classes como o operariado, os camponeses, a burguesia nacional, a pequena e média burguesia urbana da qual boa parte dos estudantes, militares, intelectuais, funcionários públicos, médicos e profissionais diversos da área da saúde, da justiça, do

⁸ Nelson Werneck Sodré, *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo, Ciências Humanas, 4ª edição, 1978, p. 182.

⁹ Idem, pp. 189-190.

¹⁰ Idem, p.189.

¹¹ Idem, p. 191.

¹² Idem, 209.

¹³ Vide Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, 2 vol., Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

¹⁴ Vide Alberto Guerreiro Ramos *A redução sociológica*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

¹⁵ Ricardo Shiota, *Brasil, terra da contrarrevolução* Curitiba: Apris, 2018, p. 76.

¹⁶ Nelson Werneck Sodré *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo, Ciências Humanas, 4ª edição, 1978, p. 233.

¹⁷ Idem, ibidem.

comércio são oriundos; 2) a revolução brasileira tem como caráter duas etapas: para se construir o socialismo se faz necessário uma revolução nacional democrática (ou nacional popular) precedente inspirada nas revoluções de libertação nacional que estavam sendo travadas, ou construídas, nas formações sociais coloniais. O Brasil, pelo seu caráter semicolonial, ainda necessitava do fortalecimento da indústria nacional e da construção de uma soberania nacional e independente dos interesses imperialistas, e de seus aliados internos como os latifundiários e a alta burguesia associada ao capital estrangeiro. A formação social brasileira, por ter a permanência de traços feudais, obliterava o predomínio do modo de produção capitalista naquele contexto. A revolução brasileira tem, portanto, um caráter inclusivo, pois seu escopo é incorporação de grandes massas aliadas do processo político como militares de baixa patente, analfabetos e a classe trabalhadora (operários e camponeses) como dirigente desse processo. O povo, por conseguinte, é a junção das massas desorganizadas com a vanguarda organizadora destas e canalizadora de seus interesses para a formação de um programa político em descontinuidade histórica com o passado exclusivo da formação social brasileira, no qual apenas uma minoria formada desde os tempos da colonização é detentora dos privilégios políticos e econômicos. Vejamos na seção seguinte a posição nacionalista popular de Guerreiro Ramos.

2) Guerreiro Ramos e o nacionalismo terceiro mundista

As posições de Guerreiro Ramos sobre o nacionalismo ser uma etapa para o socialismo é bem semelhante à de Werneck Sodré. Contudo, a sua posição em relação ao socialismo se diferencia pelo fato de não se identificar com as experiências do socialismo do leste europeu, mas se ater exclusivamente nas novas experiências socialistas emergentes na África e Cuba, além de sua aguda crítica aos Partidos Comunistas. A questão do nacionalismo popular em Guerreiro Ramos começou a ser desenvolvida desde os seus tempos de ISEB, mas, com efeito, ganha corpo e projeção depois de sua saída do ISEB com a publicação dos livros *O problema nacional do Brasil* (1960), *A crise do poder no Brasil* (1961) e *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963)¹⁸. Nesses livros encontramos o programa nacionalista popular estabelecido por Guerreiro Ramos para a superação do atraso econômico e cultural, a defesa da soberania nacional e identificada com os nacionalismos populares emergentes do Terceiro Mundo.

Todos os três livros são compilações de artigos e de intervenções de Guerreiro Ramos entre 1955 e 1963. O livro *O problema nacional do Brasil* reúne artigos escritos durante a sua fase isebiana e mais dois realizados em 1959 quando Guerreiro Ramos já tinha rompido com o ISEB. Para Guerreiro Ramos, a ausência de uma visão de soberania nacional começa pelo fato do Brasil ter uma classe dominante, mas não dirigente (uma semelhança com Gramsci nesse aspecto, a ausência de uma classe hegemônica), haja vista a inexistência de uma consciência das necessidades orgânicas da sociedade. De acordo com Guerreiro Ramos, o que define uma classe dirigente é a coincidência entre a sua compreensão subjetiva e o sentido objetivo imanente ao processo que a sustenta no poder¹⁹.

Outro aspecto destacado por Guerreiro Ramos é o fato que na Europa durante as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX a sociedade emerge por meio do Terceiro Estado, diante um Estado despedaçado e incapaz de conter essa onda inovadora, no Brasil o Estado precedeu a sociedade. Como ele observa “o Estado pode preceder a sociedade, exercendo, enquanto esta não se forma o papel de sujeito do acontecer histórico-social, como ocorreu no Brasil. Em nosso País, o

¹⁸ Esse livro já foi analisado em texto anterior “A política do guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960” publicado na revista *Organizações & Sociedade* vol. 17, nº 52. O texto também se encontra disponível em versão espanhola na revista *Estudios Latinoamericanos* nº 26, 2010 do Centro de Estudios Latinoamericanos da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM.

¹⁹ Alberto Guerreiro Ramos, *O problema nacional brasileiro*, Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 25.

Estado foi uma espécie de artefato sociológico, montado sobre o nosso território, para coonestar e tornar possível o exercício do poder pela antiga classe dominante e lhe permitir o desempenho de funções tutelares”²⁰. Contudo, com as mudanças operadas na formação social brasileira, em especial a Revolução de 1930, já havia uma sociedade constituída e um povo, que são a base da fundação da nação brasileira. O Estado não operava mais num vazio histórico já que era condicionado pela sociedade²¹. Entretanto, não se fazia presente uma consciência nacional. Como ele afirma “o nacionalismo é mais que o amor à terra e a lealdade aos símbolos que a representam. É tudo isso e o projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama um ‘ser para si’²²”. Mais adiante, ele afirma: “uma consciência nacional não se outorga. Não se dá a um povo, por um gesto munificente, uma consciência coletiva. Ela se forma modestamente, na prática, na luta e na decepção”²³. É a partir das lutas e da formação de um projeto nacional integrativo e independente que se constrói a ascensão da consciência nacional do seu estado ingênuo para o seu estado crítico.

Para Guerreiro Ramos, a ideologia mobilizadora para a constituição desse povo antagonico ao bloco no poder (ou “as elites”) era o nacionalismo revolucionário popular que, de fato, tinha se tornado na formação social brasileira, como nas demais formações sociais periféricas, a ideologia catalisadora das bandeiras anti-imperialistas e anticoloniais²⁴. Era o elemento central no léxico da esquerda brasileira, e se fazia presente em diversas manifestações culturais como no Teatro de Arena, no Centro de Cultura Popular da UNE (CPC), no Cinema Novo, na Música Popular Brasileira, na Música Clássica Brasileira²⁵, na literatura de cordel²⁶ e, como também, na produção de quadrinhos nacionais liderada pelo editor Miguel Penteadó em suas editoras Outubro e GEP (Gráfica Editora Penteadó), além da Cooperativa Editora e de Trabalho de Porto Alegre (CETPA) criada em 1961 por Leonel Brizola durante o seu governo no Rio Grande do Sul²⁷.

Guerreiro Ramos foi, com efeito, um dos principais teóricos da formulação do nacionalismo popular revolucionário ao lado de Vieira Pinto²⁸, e, além desses dois fundadores do ISEB, as intervenções de Nelson Werneck Sodré, que além de ser um intelectual isebiano de primeira hora, era uma das principais expressões intelectuais do PCB, como dissemos anteriormente. Esse nacionalismo popular contagiante tinha como a sua principal expressão política o governador do Rio Grande do Sul, e depois deputado federal pela Guanabara, Leonel de Moura Brizola com a criação da Frente de Mobilização Nacional e o Grupos dos 11²⁹. Somando-se a Brizola, também merecem serem destacadas as figuras de Francisco Julião e Miguel Arraes nessa mobilização nacionalista revolucionária popular³⁰.

²⁰ Idem, p. 28.

²¹ Idem, p.29.

²² Idem, p.32.

²³ Idem, p.32.

²⁴ Vide a constituição da esquerda peronista revolucionária nas obras de John William Cooke (*Apuntes para la militancia*, 1964), Hernández Arrégui (*La formación de la conciencia nacional*, 1960; *¿Qué es el ser nacional?*, 1963) e Rodolfo Puigróss (*El proletariado en la revolución nacional*, 1958), e a defesa do nacionalismo anticolonialista e na construção da ideologia terceiro mundista na obra *Os condenados da Terra* (1961) de Frantz Fanon.

²⁵ Vide o engajamento político nas questões nacionais e populares dos compositores Cláudio Santoro, Guerra Peixe e Edino Krieger, por exemplo.

²⁶ Referências dessa produção de literatura de cordel engajada foram os trabalhos de Felix de Athayde e Ferreira Gullar.

²⁷ Sobre a ideologia nacionalista popular veja os trabalhos de Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1985, Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo: Ática, 1990, e Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁸ Vide a sua obra magna *Consciência e realidade nacional* publicada em 1960.

²⁹ O Grupo dos 11, ou GR-11, foram criados por Leonel Brizola em 1963. Eram pequenas células espalhadas pelo território brasileiro, composta por 11 militantes, que poderiam ser mobilizadas pelo seu comando. A característica ideológica desse agrupamento era o nacionalismo popular em apoio às reformas defendidas pelo governo João Goulart.

³⁰ Sobre Brizola e a Frente de Mobilização Popular, e de sua inserção no nacionalismo popular revolucionário veja o texto de Jorge Ferreira “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular” in Jorge Ferreira;

Como afirmava Guerreiro Ramos “o nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por liberta-se da condição colonial”³¹. Essa consciência nacional e capacidade de soberania não seria um atributo inato, ou um dom da natureza, ou tampouco uma dádiva, mas sim “a efetiva soberania é atributo histórico adquirido pelas coletividades mediante luta, audácia e iniciativa. O nacionalismo é a reivindicação essência que fazem hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania”³². Guerreiro ainda estabelecia uma linha de demarcação entre os países imperialistas e colonialistas que proclamavam um suposto “universalismo” diante a ascensão histórica dos povos periféricos que reivindicavam sua soberania plena. Como ele afirma em seguida “o conteúdo de tal universalismo é conservador, enquanto o conteúdo do nacionalismo é revolucionário. São contraditórios o ponto de vista dos povos cêntricos e o dos povos periféricos. Mas nem o universalismo dos primeiros é autêntico, nem o nacionalismo dos últimos é contrário ao verdadeiro universalismo”³³.

Desse modo, conforme Guerreiro Ramos afirma em *O problema nacional do Brasil* “o nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos. Somente organizando-se como personalidades nacionais podem ingressar no nível da universalidade e da civilização. O nacionalismo não é fim. É meio. Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional”³⁴.

Essa passagem é interessante. Guerreiro afirma peremptoriamente que o nacionalismo seria uma etapa para a construção de um projeto que não se reduzisse ao próprio nacionalismo. Nesse aspecto, Guerreiro Ramos converge com as posições de Werneck Sodré, como os demais autores nacionalistas revolucionários como Cooke, Arrégui, Fanon, e as diversas organizações revolucionárias em curso naquele contexto no chamado Terceiro Mundo, como a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia, pois esse nacionalismo era a antessala para a formação de um projeto socialista.

Guerreiro Ramos também destaca que as revoltas nacionalistas no Brasil foram marcadas pela ausência do povo como protagonista desses processos, e lideradas pelas “elites” locais. Ademais, havia uma ausência de uma perspectiva para a construção de um projeto nacional. No entanto, o contexto da primeira metade dos anos 1960, o movimento emancipacionista era essencialmente popular e nacional. A questão nacional tornou-se central e tinha o primado sobre o regional, mas numa dialeticidade entre as duas esferas. Como Guerreiro Ramos assinala, “não há problema regional que não implique, em última instância, uma equação nacional; não há problema dito nacional que, por outro lado, seja destituído de termos regionais”³⁵.

O povo, para Guerreiro Ramos, não era mais o que tinha sido desde 1822 e durante período superior a um século, uma ficção a que recorriam os grupos e as classes dirigentes para dar ao País forma aparente de nação. A nação que se constituiu em 1822 resultava da clarividência dos quadros dirigentes da época, mas era uma nação defectiva porque lhe faltava elemento essencial: o povo. De acordo com Guerreiro Ramos “é o povo que, na história contemporânea do Brasil, exerce a função de dirigente por excelência do processo histórico-social. De elemento subsidiário passou à categoria de agente principal dos acontecimentos.”³⁶ Mais adiante, Guerreiro destaca que o povo não se constituiu espontaneamente, mas se educa por si mesmo. Todavia, o povo se educa e se reforma a si próprio, não somente por ensaios e erros, mas, sobretudo de maneira sistemática por intermédio

Daniel Aarão Reis (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Veja também Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979 e Paulo Schilling. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979.

³¹ Alberto Guerreiro Ramos, *O problema nacional brasileiro*, Rio de Janeiro: Saga, p. 25.

³² Idem, *ibidem*.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ Idem, p. 226.

³⁵ Idem, p. 228.

³⁶ Idem, p.229.

dos quadros modelados à sua imagem. Esse é mais um aspecto convergente com Werneck Sodré, já que a vanguarda do povo tem um papel fundamental na construção da revolução brasileira. Como ele afirma “o povo não pode dirigir o processo histórico-social senão por intermédio de sua vanguarda. A vanguarda do povo é o dirigente direto do processo nacional. O povo como totalidade é o dirigente indireto”.³⁷

Entretanto, isso não significa tutelar o povo, pois essa vanguarda é extraída do próprio povo³⁸. Para Guerreiro Ramos “a inconsistência fundamental dos atuais métodos de ação político-partidária é o ceticismo quanto à capacidade do povo neles implícito. Nossos melhores homens públicos cedem a este defeito de formação”³⁹. Esse é um problema apontado por Guerreiro Ramos já que o nacionalismo ainda não se clarificara como movimento em virtude do aristocratismo da maioria dos seus líderes, aristocratismo que consiste em crer que a sua definição poderá decorrer de façanha da inteligência individual. Portanto, sendo “o nacionalismo essencialmente uma ideologia popular e só poderá ser formulada induzindo-se da prática do povo os seus verdadeiros princípios. É o povo que o vive, embora constitua tarefa de quadros representativos a sua formulação elaborada. (...) O nacionalismo só poderá conter-se numa concepção última e tranquila quando o povo superá-lo”.⁴⁰

Mas quais são as classes pertencentes ao povo que dirigiriam o processo nacionalista revolucionário para Guerreiro Ramos? Nessa composição, tal como Werneck Sodré, estariam excluídos os latifundiários. Guerreiro Ramos também considerava que o nosso latifúndio lembrava o feudo medieval no ponto de vista interno, mas externamente atuava como uma empresa comercial. Segundo Guerreiro Ramos, os interesses latifundiários e mercantis constituíam mais consciente e sólida da nossa formação social, que vinha se estabelecendo desde a Independência. Já sobre a burguesia industrial brasileira, distintamente da europeia, nunca conseguiu exercer plenamente um papel revolucionário. Como ele afirma

o capitalismo industrial no Brasil tem-se formado significativamente pela reconversão da iniciativa de proprietários de latifúndios, ou de grande exportadores. (...) Acrescente-se o fato de que a nossa indústria surge quando o capitalismo cêntrico se encontra na fase expansiva. Esta é a característica da revolução industrial nos atuais países periféricos. (...) Nestas condições o papel nacional das seções burguesas de um capitalismo nascente, como o brasileiro, não se delineia de modo claro, uma vez que os empresários pioneiros são estorvados e inibidos na formação de sua consciência de classe, sem a qual não podem ser verdadeiros dirigentes do processo. Tudo parece mostrar que, no Brasil, não se está formando uma burguesia capaz de ter a iniciativa de uma revolução nacional. Ao contrário do que se registrou no Ocidente Europeu e nos Estados Unidos, nossa burguesia não está apta para levar a efeito esse cometimento. É antes o povo que a conduzirá na revolução nacional brasileira⁴¹.

Desse modo, como foi exposto por Guerreiro Ramos, era a classe trabalhadora o principal sujeito dirigente do processo revolucionário nacional. Mas há uma distinção entre o proletariado rural e o urbano, como aponta Guerreiro Ramos. Tanto um como o outro constituem suportes de

³⁷ Idem, p. 230.

³⁸ Como destaca Guerreiro Ramos na página 246 “a vanguarda é a miniatura do povo. Compõe-se majoritária, porém não exclusivamente, de trabalhadores. É constituída, ademais, de elementos oriundos de outras classes e categorias”.

³⁹ Alberto Guerreiro Ramos, *O problema nacional brasileiro*, Rio de Janeiro: Saga, 1960, p.230.

⁴⁰ Idem, p.230.

⁴¹ Idem, pp. 236-237.

tendências distintas. Os trabalhadores do campo, naquele contexto, eram o contrapeso das lutas trabalhistas urbanas, oferecendo, como eleitores conduzidos e cidadãos pouco iniciados na consciência dos direitos civis, a base social de que necessitavam as seções capitalistas mais antigas para manter as prerrogativas de poder que ainda possuíam. Contudo, o desenvolvimento, alterando as relações sociais no campo, não só transformava a consciência dos trabalhadores rurais como, transferindo-os crescentemente para as cidades, aumentava a importância específica das massas populares no balanço geral de forças. Como ele afirma “Em termos de psicologia coletiva e do ponto de vista brasileiro, os trabalhadores são hoje no Brasil a classe mais avançada dos seus interesses do que as outras. É, assim, o mais sólido suporte da luta pela emancipação nacional. (...) Transformando diretamente pelo trabalho a realidade material do País, educa-se e habilita-se para oferecer os apoios de que carece o movimento emancipador brasileiro”⁴².

Somando-se à classe trabalhadora no conjunto “povo”, Guerreiro Ramos também inclui a classe média. Guerreiro destaca o crescimento da classe média com a expansão da burocracia estatal, e uma incipiente pequena burguesia produtiva fora do quadro estatal. Isso conduziu que uma grande parcela da classe média acomodada às situações parasitárias e teme as inovações promovidas pelo desenvolvimento. Todavia, Guerreiro Ramos percebe que uma expressiva margem da classe média tendo mantido continuamente estreitas relações com o povo, esposa tendências progressistas e aliada da classe trabalhadora. Isso se deve pela formação de novos quadros pequeno-burgueses vinculados ao desenvolvimento industrial. Conforme aponta Guerreiro Ramos “nestes setores da classe média estão, sem dúvida, elementos destinados a ter papel relevante na vanguarda de nossas lutas sociais”⁴³.

Em *A crise do poder no Brasil*, publicado em 1961, Guerreiro Ramos reafirmava a defesa da revolução nacional brasileira, mas com o acréscimo de seu caráter socialista diante as experiências socialistas que se faziam presentes nas formações sociais do Terceiro Mundo. Já no prefácio desse livro, Guerreiro Ramos assegurava que o Brasil já estava maduro para fazer a sua revolução nacional moderna. Entretanto, se as condições objetivas estavam presentes, faltavam as condições subjetivas, ainda que houvesse um otimismo de sua parte na conjuntura do governo Jânio Quadros⁴⁴ para o surgimento de uma fermentação revolucionária da qual haveria uma ruptura entre a nação e a antinação. Ademais, o modelo da revolução brasileira seria inédito, sem a importação mecânica de outras experiências revolucionárias. Como ele diz “em toda sua História, o Brasil tem sido original na América e no mundo. Eis porque o quadro da revolução da revolução nacional brasileira será necessariamente independente em relação a qualquer espécie de Internacional.”⁴⁵

Nesse livro, Guerreiro Ramos demarcou uma oposição às posições do PCB que iria aprofundar no seu livro seguinte *Mito e verdade da revolução brasileira*. O cerne de sua crítica ao PCB era a transposição das experiências socialistas do Leste europeu que, a seu ver, refletia um dogmatismo mecânico e uma subordinação do PCB ao PCUS. No seu entendimento, o PCB ao incorporar as bandeiras nacionalistas e se tornar a principal organização hegemônica do projeto nacionalista popular, conseguiu desnaturar o movimento nacionalista. Como ele afirma “segregado dos trabalhadores e das correntes políticas dominantes, além de teoricamente alienado, o PCB não é evidentemente instrumento hábil para liderar a esquerda no Brasil”⁴⁶.

Percebe-se nesse livro, o entusiasmo de Guerreiro Ramos pelas novas experiências socialistas que estavam se constituindo nos países do Terceiro Mundo. Havia uma diversidade de experiências que fugiam do padrão soviético. Segundo ele “o socialismo não é mais força residual, constitui processo ecumênico que transcende a Rússia ou qualquer outro país e assume caráter polimórfico.

⁴² Idem, p. 238.

⁴³ Idem, p. 239.

⁴⁴ Jânio Quadros foi presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de 1961.

⁴⁵ Alberto Guerreiro Ramos, *A crise do poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 17.

⁴⁶ Idem, p. 107.

O comando unificado do socialismo não tem mais razão de ser, desde que tal sistema não está localizado em nenhum país, mas, sob várias modalidades, configura a vida de diversos povos e, além disso, opera como força política e social no interior dos próprios países capitalistas”⁴⁷.

Mais adiante, ele destaca o caráter ecumênico e multiforme do socialismo “cujos interesses não se confundem necessariamente com os da URSS e mesmo com os do chamado ‘campo socialista’. A emancipação de Cuba, da Guiné, de Gana, a luta libertária da Argélia, entre outros, são episódios do avanço mundial do socialismo, consumados fora dos quadros marxistas-leninistas”⁴⁸.

Nesse seu confronto com o PCB, Guerreiro Ramos sempre retorna em sua assertiva de que a URSS não era mais a pátria exclusiva do socialismo. A despeito de sua importância militar e tecnológica no cenário internacional em seu confronto direto com os EUA, a URSS nem sempre exprimia os imperativos universais do socialismo, em sua experiência concreta de socialismo nas distintas formações sociais. Há uma clara admiração de Guerreiro Ramos nesse livro aos caminhos tomados pela China (que começava a sua distensão com a URSS) e da aproximação desta com as experiências revolucionárias presentes na África, a exemplo da Argélia e de Gana, como também o que estava ocorrendo em Cuba. Para Guerreiro Ramos isso representava uma alternativa inovadora do socialismo diante à experiência soviética, pois criava uma nova base de socialismo calcado no nacionalismo revolucionário anti-imperialista e anticolonialista. Ainda que não estivesse plenamente claro em seus textos, Guerreiro Ramos representava intelectualmente e politicamente a emergência da ideologia terceiro-mundista que estava em plena ascensão naquele contexto.

Vejamos na seção seguinte uma visão oposta à etapa nacionalista da revolução brasileira e a defesa da revolução imediatamente socialista de Moniz Bandeira.

3) Moniz Bandeira e a revolução socialista sem etapas

O livro de Moniz Bandeira *O caminho da revolução brasileira*, publicado em novembro de 1962, traça uma linha de demarcação em relação às posições de Werneck Sodr e e Guerreiro Ramos, ao se posicionar numa dire o oposta e antagonica   etapa nacional popular que antecederia ao socialismo. A revolu o brasileira dispensaria a fase nacional popular e adentraria diretamente na fase socialista já que, para Moniz Bandeira, a forma o social brasileira já apresentaria condi es objetivas para a sua realiza o pelo fato determinante de não se tratar de uma forma o pré-capitalista, mas sim com uma base capitalista nas suas estruturas. Ademais, a chamada burguesia nacional estava excluída do arco de alianças anti-imperialista, já que era uma aliada interna ao imperialismo.

A obra de Moniz Bandeira reflete as posi es da POLOP que eram antagonicas ao PCB. A POLOP surgiu em 1961 numa conjun o de jovens militantes oriundos da Juventude do Partido Socialista Brasileiro do Rio de Janeiro, da Mocidade Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro de Minas Gerais e da Liga Socialista de São Paulo, além de militantes independentes, e essa organiza o demarcava uma forte influência das teses de Rosa Luxemburgo e Trotsky. Embora fosse uma pequena organiza o se comparada ao PCB, a POLOP teve repercussão no seio estudantil e militar, mas sem penetra o nos setores de massas onde o PCB era hegem nico. A POLOP, com efeito, tornou-se nesse contexto pr -1964 a principal organiza o do campo marxista que se opunha às teses defendidas pelo PCB, ao acusar que a estratégia revolucionária defendida pelo PCB teria um caráter burguês devido   defesa da etapa nacional popular.

Interessante destacar que Moniz Bandeira a despeito de ser uma das principais expressões intelectuais da POLOP, ao lado de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, era assessor de uma das principais lideranças da Frente Parlamentar Nacionalista, o deputado do

⁴⁷ Idem, p. 106.

⁴⁸ Idem, p. 109.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio de Janeiro, Sérgio Magalhães, e posteriormente, no final da década de 1970, se tornaria um dos principais defensores do governo Jango e do legado trabalhista de Leonel Brizola⁴⁹.

Retornando à crítica de Moniz Bandeira ao etapismo da revolução brasileira, numa passagem desse livro ele afirma que “antepor o capitalismo nacional ao imperialismo como entidades isoladas e antagônicas, é cair numa utopia reacionária que leva, simplesmente, à consolidação do poder burguês no Brasil. As contradições entre o capitalismo nacional e o imperialismo extremam-se porque ambos fazem parte, como um todo, do processo da economia mundial.”⁵⁰ Mais adiante, não obstante o caráter da revolução brasileira fosse socialista, restava suprir os elementos feudais ainda presentes na formação social brasileira pois “se a burguesia detém o poder político no Brasil, a classe operária, aliada aos camponeses passa ao primeiro plano da revolução. Já não se trata, portanto, de revolução burguesa, embora tenha a cumprir tarefas de caráter agrário e industrial”.⁵¹ Nesse aspecto sobre “cumprir tarefas”, Moniz Bandeira não se distanciava das posições de Werneck Sodré e Guerreiro Ramos, já que apontavam em seus textos ambas as necessidades dentro do programa nacional popular. Ademais, como visto acima, a burguesia nacional não seria a protagonista da revolução brasileira, ainda que pertencesse à frente nacional anti-imperialista, mas caberia sim a classe trabalhadora o papel de dirigente do processo revolucionário nacional.

Em sua pesquisa, Moniz Bandeira observa que a chamada burguesia nacional tinha um papel minoritário no conjunto das empresas em atuação no Brasil, com apenas 19% do capital conjunto das 34 empresas dirigidas por brasileiros, além do fato de que essas empresas (pelo menos parte delas) não estivessem ligadas ao capital imperialista. Para Moniz Bandeira, a revolução burguesa que vinha operando desde 1899 atingiu o seu apogeu com a industrialização intensiva, realizada a partir de 1953. E por esse grau de progresso alcançado pelo capitalismo brasileiro é que se tornaria necessária à revolução operária e camponesa com o objetivo de completar as tarefas de caráter agrário e industrial para a edificação do socialismo. Conforme afirma Moniz Bandeira “a contradição fundamental do capitalismo brasileiro não é com o imperialismo. É com o próprio capitalismo brasileiro, no qual o imperialismo está integrado. É a contradição entre a socialização do trabalho e o caráter privado da apropriação capitalista”⁵².

Desse modo, “a queda do imperialismo está condicionada, conseqüentemente, ao tombo que levar a burguesia nacional. As massas proletárias e camponesas não podem livrar-se de uma sem jogar a outra no chão.”⁵³ Por isso, a seu ver, ao falar da implantação de um governo democrático e nacionalista, era limitar os objetivos da revolução à luta antifeudal e anti-imperialista, como primeira etapa para a batalha entre o capital e o trabalho, e tentar deter as massas ao ressuscitar o velho esquema reformista da social democracia.

Segundo Moniz Bandeira, a revolução brasileira a despeito de cumprir tarefas de ordem agrária e industrial, essas peculiaridades emanavam das características gerais da economia nacional baseada no modo de produção capitalista de produção e no sistema imperialista mundial. O atraso econômico do campo era uma consequência do processo de industrialização no Brasil. Mas embora houvesse um grande contingente de trabalhadores rurais (aproximadamente de 12 milhões, dos quais 9 ou 10 milhões de camponeses sem terra à época), a liderança revolucionária se encontrava

⁴⁹ Vide os livros *O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil (1961-1964)* de 1977 e *Brizola e o trabalhismo* publicado em 1979, ambos pela editora Civilização Brasileira. Importante também destacar que tanto Moniz Bandeira como Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra participaram da refundação do PTB (depois rebatizado Partido Democrático Trabalhista-PDT em 1980) ao lado de Leonel Brizola e de outras lideranças nacionalistas e socialistas como Francisco Julião e Neiva Moreira.

⁵⁰ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O caminho da revolução brasileira*, Florianópolis: Insular, 2021, p. 74.

⁵¹ Idem, p. 75.

⁵² Idem, p. 91.

⁵³ Idem, p. 160

no proletariado urbano de quase 4 milhões naquele período⁵⁴. Mas, como afirma Moniz Bandeira, outros setores estariam incorporados nessa mobilização revolucionária como as classes médias, e, de modo paradoxal apontado por Moniz Bandeira, a própria burguesia⁵⁵ tão criticada por ele nos programas de libertação nacional defendidos por Werneck Sodré e Guerreiro Ramos. Nesse aspecto, Moniz Bandeira não se diferenciava completamente de ambos os autores já que estes ao inserirem a burguesia nacional como aliada dos trabalhadores urbanos e rurais, também não teria o protagonismo do projeto revolucionário, mas sim como uma aliada tática e estratégica na construção do projeto revolucionário brasileiro.

No entanto, há um aspecto que separa Moniz Bandeira de Werneck Sodré e Guerreiro Ramos: o entendimento da possibilidade iminente da tática insurrecional. Desse modo, Moniz Bandeira ainda que não cite explicitamente o PCB, demarca uma diferença com essa organização ao criticar a via pacífica da revolução brasileira pelo fato de que a burguesia brasileira se contraporía a qualquer mudança substancial, e usaria meios violentos para impedi-la (o que acabou ocorrendo em 1964). Como ele observa “as classes dominantes fecham, elas próprias, o caminho para a revolução, obrigando as massas ao uso da força.”⁵⁶ A via pacífica seria apenas um efeito ilusório para as massas revolucionárias pois “falar do caminho pacífico é nutrir uma ilusão, é quebrar o ânimo revolucionário das massas, é defender o regime de exploração”⁵⁷.

Para Moniz Bandeira, a ausência de um partido revolucionário (que não seria o PCB) acabou por conduzir a solução bonapartista (via Jânio Quadros e João Goulart) na formação social brasileira. Como ele afirma nessa passagem “a ausência de um partido revolucionário com forças para conduzir as massas pelo seu próprio caminho, na luta pela conquista do poder político, cria as condições para o surgimento do bonapartismo, que poderá evoluir para o fascismo, esmagando o movimento operário e tomando medidas anticapitalistas para salvar o sistema capitalista”⁵⁸. Mais adiante ele assegura que a ideologia nacionalista obliteraria a formação de projeto revolucionário em defesa da classe trabalhadora (nesse aspecto, ele se antecipa as teses antinacionalistas defendidas pela USP a exemplo de Francisco Weffort, Maria Sylvania Carvalho Franco, Carlos Guilherme Mota): “a bandeira do nacionalismo é que os setores mais conscientes e perigosos da burguesia utilizam para conservar as massas sob a sua liderança”⁵⁹.

A despeito do reconhecimento da inovação da revolução cubana ter introduzido o método do foquismo, Moniz Bandeira não defende a sua aplicação de modo mecânico na realidade brasileira devido às diferenças estruturais da formação social brasileira se comparada à cubana. Como ele observa, devido ao crescimento industrial brasileiro, e a formação de um grande contingente operário urbano, a revolução brasileira iria requerer outra tática, ainda que não rechaçasse a luta de guerrilhas, teria de ser levado em conta o valor capital da ação de massas na cidade coordenada às atividades do campo. Segundo Moniz Bandeira “é preciso que também o proletariado esteja preparado, senão para iniciar, pelo menos para sustentar e prosseguir a insurreição dos campos”⁶⁰. O limite do foco guerrilheiro, para Moniz Bandeira, é que esse modelo tático militar se coaduna nos países de base agrária. A guerrilha só teria possibilidade de sucesso numa formação social como a brasileira se a guerrilha se articulasse com a greve geral operada nas cidades, o que resultaria num estrangulamento dos pontos vitais e nevrálgicos da máquina estatal. Desse modo, “a técnica da insurreição deve obedecer, antes de tudo, a um estudo das características especiais de cada país, tanto no ângulo econômico quanto do ponto de vista social e político, tendo-se em vista o

⁵⁴ Idem, p. 164.

⁵⁵ Idem, p. 165.

⁵⁶ Idem, p. 168.

⁵⁷ Idem, p.169.

⁵⁸ Idem, p.174.

⁵⁹ Idem, p. 175.

⁶⁰ Idem, p. 179.

conjunto das classes e o peso específico de cada uma”⁶¹. Em suma, ainda que o caminho não fosse pacífico para Moniz Bandeira, o modelo insurrecional brasileiro teria de buscar o seu próprio caminho que não corresponderia o exemplo cubano, como também em relação às experiências revolucionária soviética e chinesa.

Conclusão

Vimos nesse artigo três posições distintas sobre a revolução brasileira, sendo duas bastantes próximas quanto à concepção etapista da revolução, a etapa nacional-popular defendida por Nelson Werneck Sodré e Guerreiro Ramos, e a terceira de Moniz Bandeira em que rejeita a etapa nacional-popular ao defender o caminho imediato do socialismo. A despeito do Golpe de 1964 ter silenciado os três autores em tela, isso não significou a influência que tiveram no momento posterior do golpe de estado (também denominado de “Revolução”). A palavra chave nesse contexto era “revolução”, seja nacional-popular ou socialista. A democracia em seu sentido abstrato formal não ocupava um papel central como terá no final da década de 1970 e no decorrer dos anos 1980. Nesse aspecto tenho uma discordância com Shiota⁶² ao defender a tese que a democracia ocupava um espaço significativo nesse contexto tal qual ocupará no final dos anos 1970, e concordância com Pécaut⁶³: a democracia defendida pela esquerda revolucionária dos anos 1960 defendia uma nova forma de democracia popular distinta da democracia moderna, enquanto a intelectualidade da esquerda no final do contexto da ditadura militar advogava pela democracia moderna em seu sentido universal como uma bandeira aglutinadora contra o governo militar, em que unia setores da esquerda com os democratas liberais moderados.

Embora a chamada “nova esquerda” que emergiu no pós-1964 tenha refutado o caminho pacifista do PCB (como também o ISEB), as teses de Werneck Sodré sobre os resquícios feudais, e de sua defesa da visão etapista, foram incorporadas pelas organizações revolucionárias que se confrontaram com a ditadura militar, como podemos ver nos documentos da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como também a revolução sem etapas defendida por Moniz Bandeira se manteve presente nas posições da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) que tem origem na antiga POLOP, além na dissidência do PCB carioca, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). As teses de Guerreiro Ramos, de certa forma, sobreviveram, ainda que modo muito sutil, e sem nenhuma referência direta a ele, no programa da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) quando esta organização apontou Frantz Fanon como uma de suas referências, haja vista algumas semelhanças entre Guerreiro Ramos com Fanon no tocante as experiências socialistas desenvolvidas pelo Terceiro Mundo⁶⁴.

O maior problema que os três autores encontraram, para além da cassação e da perseguição movida pela ditadura, foi terem entrado na lista do índice de autores marginalizados pela intelectualidade das ciências sociais e da filosofia da Universidade de São Paulo (USP), juntamente com outros isebianos como Vieira Pinto, no que resultou na estigmatização deles por diversas gerações, e somente nas últimas duas décadas o legado intelectual deles foi recuperado com o justo reconhecimento de suas contribuições. E hoje, num contexto em que parte da esquerda insiste em bandeiras fragmentadas, a contribuição, sobretudo dos isebianos, em pensar na questão nacional-popular como exemplo de incorporação de diversas demandas, mas unificadas num projeto transformador e antagônico ao bloco no poder, é uma lição ainda válida do legado isebiano para os dias atuais.

⁶¹ Idem, p. 185.

⁶² Ricardo Shiota, *Brasil: terra da contrarrevolução*. Curitiba: Apris, 2018, p.113.

⁶³ Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

⁶⁴ Sobre os programas das organizações revolucionárias do pós-1964 veja *Imagens da revolução* Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá (1985), Jacob Gorender *Combate nas trevas* (1987), Ruy Mauro Marini *Subdesenvolvimento e revolução* (2017).

Bibliografia

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O caminho da revolução brasileira*, Florianópolis: Insular, 2021.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- CARONE, Edgar (org) *O PCB, 1943 a 1964*, vol.2. São Paulo: Difel, 1982.
- COOKE, John William *Correspondência Perón-Cooke*, obras completas Tomo III, Buenos Aires: Colihue, 2007.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1987.
- ORTIZ, Renato *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1985
- MARINI, Ruy Mauro *Subdesenvolvimento e revolução*, Florianópolis: Insular, 2017.
- MOTTA, Luiz Eduardo “A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960” in *Organizações & Sociedade (edição especial Alberto Guerreiro Ramos)*, Vol. 17, n° 52. Salvador, EAUFBFA, 2010, pp. 85-101. Disponível em <https://www.scielo.br/j/osoc/a/LkSnBvPQ7XGX4mc6xbnQpSD/>
- MOTTA, Luiz Eduardo. Luiz Eduardo Motta “Revista Civilização Brasileira (1965-1968): o espaço da resistência intelectual ao Estado autoritário” in *Crítica y Emancipación, Revista latino americana de ciencias sociales*, n° 5, CLACSO, 2011, pp.169-182.
- MOTTA, Luiz Eduardo “Nacionalismo, terceiro-mundismo e violência política em John William Cooke” in *Princípios*, vol. 40, n° 162, São Paulo: Anita Garibaldi, 2021, pp.203-232. Disponível em <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/151>
- PÉCAUT, Daniel *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990
- PINTO, Álvaro Vieira *Consciência e realidade nacional*, 2 vol., Rio de Janeiro: Contraponto, 2020
- RAMOS, Alberto Guerreiro *A redução sociológica*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965
- RAMOS, Alberto Guerreiro, *O problema nacional brasileiro*, Rio de Janeiro: Saga.
- RAMOS, Alberto Guerreiro, *A crise do poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979.
- SHIOTA, Ricardo *Brasil: terra da contrarrevolução*. Curitiba: Apris, 2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo, Ciências Humanas, 4ª edição, 1978.